



GRUPO SILVIO SANTOS



CNPJ nº 06.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ativos. Utiliza métodos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos.

Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com larga margem de segurança. Os direitos dos clientes, representados pelas reservas técnicas, no valor R\$ 495.100 mil estão devidamente garantidos por aplicações financeiras totais de R\$ 525.820 mil das quais R\$ 509.260 mil foram oferecidas em cobertura das reservas técnicas com um excedente de cobertura de R\$ 14.160 mil e apresentam um montante de R\$ 16.260 mil em reservas livres.

Distribuição de Lucros e Dividendos
De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, que dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais aplicáveis. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi disponibilizado aos acionistas o montante de R\$ 195.392 mil de dividendos antecipados, dos quais, R\$ 171.424 mil foram utilizados pelo acionista Silvio Santos Participações S.A. para amortização parcial de sua dívida, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22-1, R\$ 15.125 mil foram pagos antecipadamente, conforme estabelecido no estatuto social e R\$ 8.943 mil a serem pagos durante o exercício de 2015.

Perspectivas e Planos da Administração
A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos. A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada

vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão. A Empresa vem desenvolvendo estratégias de marketing, visando à manutenção dos clientes tradicionais e também voltadas ao público mais jovem, por meio de novos canais de venda e, também, por meio de canais de relacionamento e divulgação de conteúdo, como as redes sociais (Twitter, Facebook, Instagram, YouTube). No planejamento de comunicação a Empresa, através de pesquisas especializadas, procura prever campanhas publicitárias que atendam aos anseios desse público, protagonizadas por artistas reconhecidos e com forte apelo popular junto ao público alvo.

Além do desafio de conquistar novos consumidores, a Empresa tem o cuidado de fidelizar seus clientes por meio de campanhas publicitárias cujo conceito está atrelado a este público, protagonizadas por artistas populares renomados, além de figurantes e atores das faixas etárias predominantes do público alvo, a fim de criar empatia com seus clientes.

Outras Informações
Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 483, de 06 de janeiro de 2014, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas ou qualquer alteração do controle acionário.

Agradecimentos
Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Receita líquida com títulos de capitalização		179.258	176.609
Arrecadação com títulos de capitalização		359.324	357.016
Variação da provisão para resgate		(180.066)	(180.407)
Variação das provisões técnicas		(2.290)	6.926
Resultado com sorteios	20-a	(13.460)	(14.355)
Custos de aquisição	20-b	(153.783)	(155.364)
Outras receitas e despesas operacionais	20-c	97.674	33.705
Outras receitas operacionais		98.855	34.109
Outras despesas operacionais		(1.181)	(404)
Despesas administrativas		(74.660)	(84.942)
Pessoal próprio		(21.447)	(20.234)
Serviços de terceiros		(14.273)	(12.390)
Localização e funcionamento		(5.552)	(5.153)
Publicidade e propaganda		(96)	(2.125)
Publicações		(136)	(134)
Doativos e contribuições		(656)	(21)
Despesas administrativas diversas		(32.500)	(44.885)
Despesas com tributos	20-d	(12.011)	(9.922)
Resultado financeiro	20-e	230.021	99.403
Receitas financeiras	20-f	254.104	114.826
Despesas financeiras	20-g	(24.083)	(15.423)
Resultado patrimonial		1.736	1.574
Receitas com imóveis de renda		1.942	575
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		24	1.001
Despesas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		(147)	(2)
Despesas com outros investimentos		(83)	—
Resultado operacional		252.485	53.634
Ganhos e perdas com ativos não correntes		5.604	199
Resultado antes de impostos e participações		258.089	54.833
Imposto de renda	21	(24.421)	(6.615)
Contribuição social	21	(14.862)	(5.300)
Participações sobre o resultado		(2.898)	(1.066)
Lucro líquido do exercício		215.908	38.822
Quantidade de ações		308.840	308.840
Lucro líquido por ação		699,09	125,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Lucro líquido do exercício		215.908	38.822
Resultados abrangentes		—	—
Resultado abrangente total		215.908	38.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Atividades operacionais	2014	2013
Lucro líquido do exercício	215.908	38.822
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	325	314
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	439	—
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(7)	(9)
Resultado de equivalência patrimonial	123	(999)
Variação das provisões técnicas	182.356	173.481
Outros ajustes	—	5
Lucro líquido ajustado	399.144	211.614
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros	55.263	2.330
Créditos das operações de capitalização	6.273	(13.370)
Créditos fiscais e previdenciários	27.191	(907)
Ativo fiscal diferido	—	(4.534)
Depósitos judiciais e fiscais	(4.701)	(4.186)
Despesas antecipadas	(486)	403
Outros ativos	155.814	(53.683)
Fornecedores	7.406	2.394
Impostos e contribuições	(31)	16.882
Outras contas a pagar	3.140	313
Débitos de operações com capitalização	(1.819)	1.705
Depósitos de terceiros	2	(5)
Provisões técnicas - capitalização	(165.422)	(161.644)
Provisões judiciais	(217.480)	40.665
Outros passivos	(77.386)	17.864
Caixa gerado nas operações	186.908	55.841
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	—	1.436
Impostos sobre lucros pagos	—	(16.766)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	186.908	40.511
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Imobilizado	18	7
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(204)	(253)
Intangível	(26)	—
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(212)	(246)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital:		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(186.549)	(40.407)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(186.549)	(40.407)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	147	(142)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	100	247
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	252	105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

K. Provisões judiciais
As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

L. Provisões técnicas
São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização "Tele Sena", atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,08% ao ano, com prazo de vencimento de um ano. A Empresa adotou a facilidade prevista no Inciso I do Artigo 4º da Circular SUSEP nº 459/12 e alterações posteriores, preservando assim a taxa de juros aplicada aos títulos comercializados até a data da publicação da referida Circular equivalentes a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança.
- Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização "Tele Sena" e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
- Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização "Tele Sena", definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como "outras provisões".

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	252	105
Total	252	105

5. Aplicações financeiras

	2014	2013
I - Valor justo por meio do resultado	48.670	48.670
Fundos de renda fixa abertos	48.670	48.670
II - Disponíveis para venda	476.930	476.930
Fundos exclusivos de títulos públicos	476.930	476.850
Operações compromissadas (*)	—	80
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	(80)	(80)
III - Excluídos até o vencimento	—	—
CDB - Certificados de depósitos bancários	—	26.242
Total	525.600	48.590

(*) Lastreados por títulos públicos e devidamente custodiados

continua

Senhores Acionistas:
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e dos relatórios dos Auditores Independentes e dos Atuais Independentes.

A Empresa encerrou o exercício de 2014 com ativos totais no montante de R\$ 877.019 mil (R\$ 1.116.894 mil em 2013), receita bruta de R\$ 359.324 mil (R\$ 357.016 mil em 2013) e lucro líquido de R\$ 215.908 mil (R\$ 38.822 mil em 2013). As variações significativas apresentadas entre ativos totais e lucro líquido, decorrem, principalmente, de: **a)** Destinação da ação movida contra a Fazenda Nacional em que a Empresa discutia a exigibilidade da contribuição para a COFINS e adesão ao REFIN IV, Lei nº 12.973/14 que concedeu benefícios de redução de 100% das multas de mora e de ofício, dos juros de mora e dos encargos legais, para pagamento à vista; **b)** Adesão ao REFIN, nos termos da Lei nº 13.043/14 que concedeu benefício para pagamento antecipado de débitos parcelados junto à Fazenda Nacional com a quitação de 30% em espécie e os 70% restante com utilização de créditos tributários de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL.

Operações de Capitalização
Unindo-se a parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face ao linguajar adotado e pela simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez.

Investimentos
A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e em 1º de janeiro de 2013 (Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013	1º/01/2013
Ativo				
Circulante		588.095	648.909	648.885
Disponível		252	105	247
Caixa e bancos		252	105	247
Aplicações de curto prazo	4	525.820	580.793	583.113
Créditos das operações de capitalização		40.899	47.411	34.041
Créditos das operações de capitalização	6	40.899	47.411	34.041
Títulos e créditos a receber		18.921	18.393	29.864
Títulos e créditos a receber	7	6.653	15.531	26.552
Créditos tributários e previdenciários	8	11.899	2.423	3.042
Outros créditos	9	369	439	270
Despesas antecipadas	10	2.703	2.217	2.620
Ativo não circulante		288.924	467.985	393.705
Realizável a longo prazo		209.958	388.790	382.485
Títulos e créditos a receber		113.534	147.733	135.271
Créditos tributários e previdenciários	8	88.423	125.076	119.016
Depósitos judiciais e fiscais	18	24.723	20.022	15.836
Outros créditos operacionais	11	402	2.635	419
Outros valores e bens	12	96.424	241.057	247.214
Investimentos	13	71.598	71.194	3.155
Participações societárias		3.034	3.157	3.148
Imóveis destinados à renda		68.557	68.030	—
Outros investimentos		7	7	—
Imobilizado	14	7.304	7.956	7.993
Imóveis de uso próprio		5.681	6.208	6.208
Bens móveis		753	865	669
Outros imobilizações		870	893	1.116
Intangível		64	45	72
Outros intangíveis		64	45	72
Total		877.019	1.116.894	1.043.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	Capital social	De capital	Reservas	De lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012 publicados	273.323	557	3.553	18.116	—	295.549
Ajustes de exercícios anteriores (atualização monetária sobre parcelamento da anistia fiscal, Nota Explicativa nº 2-a.iii)	—	—	—	—	(14.463)	(14.463)
Saldos em 1º de janeiro de 2013 reapresentados	273.323	557	3.553	18.116	—	295.549
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	38.822	38.822
Proposta para distribuição do resultado:	—	—	2.062	(10.648)	(24.359)	(32.945)
Reserva legal	—	—	2.062	(10.648)	(2.062)	—
Reserva de lucros a realizar	—	—	—	(10.648)	10.648	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	(16.921)	(16.921)
Dividendos	—	—	—	—	(16.024)	(16.024)
Saldos em 31 de dezembro de 2013 reapresentados	273.323	557	5.615	7.468	—	286.963
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	215.908	215.908
Proposta para distribuição do resultado:	—	—	10.795	9.721	(215.908)	(195.392)
Reserva legal	—	—	10.795	9.721	(10.795)	—
Reserva de lucros a realizar	—	—	—	9.721	(9.721)	—
Dividendos	—	—	—	—	(195.392)	(195.392)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	273.323	557				


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

Fundos de renda fixa abertos Administrador	2014	2013
Caixa Econômica Federal	48.670	48.060
	48.670	48.060
Fundos exclusivos de títulos públicos Administrador	2014	2013
Caixa Econômica Federal	142.920	88.793
Banco Bradesco S.A.	333.930	417.689
	476.850	506.481

CDB - Certificados de depósitos bancários Instituição emissora	2014	2013
Caixa Econômica Federal	—	26.242
	—	26.242

Movimentação das aplicações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Saldos em 2013	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldos em 2014
Fundos de renda fixa abertos	48.060	—	(4.300)	4.910	48.670
Fundos exclusivos de títulos públicos	506.481	170.235	(249.444)	49.578	476.850
CDB - Certificados de depósitos bancários	26.242	120.000	(148.644)	2.402	—
Total	580.783	290.235	(402.388)	56.890	525.520

	Saldos em 2012	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldos em 2013
Fundos de renda fixa abertos	44.548	—	—	3.512	48.060
Fundos exclusivos de títulos públicos	478.634	113.196	(122.954)	37.605	506.481
CDB - Certificados de depósitos bancários	59.931	186.000	(223.355)	3.666	26.242
Total	583.113	299.196	(346.309)	44.783	580.783

Rentabilidade da carteira

Em 2014, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Empresa totalizou R\$ 56.890 no exercício (R\$ 44.783 em 2013). Essa rentabilidade representa 98,65% (99,08% em 2013) do CDI que foi de 10,767%, acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (8,06% em 2013).

Aplicações financeiras - Cobertura de reservas	2014	2013
Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	509.260	547.958
Certificados de depósitos bancários	—	26.242
Total vinculado	509.260	574.200
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	16.260	6.583
Total de aplicações livres	16.260	6.583
Total	525.520	580.783
Provisões técnicas (Nota 17)	495.100	478.166
Excesso de cobertura	14.160	96.034
Aplicações financeiras livres	16.260	6.583

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs**, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Inputs**, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativo financeiro	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	—	48.670	48.670	—	48.060	48.060
Disponíveis para venda	476.850	—	476.850	506.481	—	506.481
Total	476.850	48.670	525.520	506.481	48.060	554.541

Crédito das operações de capitalização	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Créditos das operações de capitalização	—	—	—	—	—	—
Créditos a receber de distribuidores por vencimento	—	—	—	—	—	—
A vencer	—	—	—	—	—	—
Vencidos	—	—	—	—	—	—
De 1 a 60 dias	—	—	—	37.154	—	37.154
De 61 a 120 dias	—	—	—	294	86	380
Acima de 121 dias	—	—	—	1	107	108
(-) Provisão para perdas	—	—	—	(314)	—	(314)
Total	—	—	—	37.154	46.709	83.863

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Saldos no início do exercício	—	—	—	—	—	—
Arrecadação com títulos de capitalização	—	—	—	359.324	—	359.324
Brindes, furtos e prêmios instantâneos	—	—	—	(330)	(82)	(412)
Eventos diversos	—	—	—	2.396	—	2.396
Recebimentos	—	—	—	(367.788)	(343.564)	(711.352)
(-) Provisão para perdas	—	—	—	(314)	—	(314)
Total	—	—	—	40.699	47.411	88.110

13. Investimentos	2014			2013		
	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações	2014	2013	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	—	—	—	—	—	—
Custo	18.901	5.858	1.061	25.820	25.615	51.435
(-) Depreciação acumulada	(12.693)	(4.993)	(178)	(17.864)	(17.622)	(35.486)
Saldo contábil líquido	6.208	865	883	7.956	7.993	15.949
Aquisições	—	31	204	252	—	252
Baixas/transfências	(1.058)	(30)	(2)	(1.090)	(47)	(1.137)
(-) Depreciação	—	(277)	(42)	(319)	(287)	(606)
Baixas de depreciação	531	22	—	553	45	598
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.181	590	843	6.614	7.604	14.218
Custo	17.843	6.001	1.090	24.934	25.820	50.754
(-) Depreciação acumulada	(12.162)	(5.248)	(220)	(17.630)	(17.864)	(35.494)
Saldo contábil líquido	5.681	753	870	7.304	7.956	15.260

14. Imobilizado	2014			2013		
	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações	2014	2013	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	—	—	—	—	—	—
Custo	18.901	5.858	1.061	25.820	25.615	51.435
(-) Depreciação acumulada	(12.693)	(4.993)	(178)	(17.864)	(17.622)	(35.486)
Saldo contábil líquido	6.208	865	883	7.956	7.993	15.949
Aquisições	—	31	204	252	—	252
Baixas/transfências	(1.058)	(30)	(2)	(1.090)	(47)	(1.137)
(-) Depreciação	—	(277)	(42)	(319)	(287)	(606)
Baixas de depreciação	531	22	—	553	45	598
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.181	590	843	6.614	7.604	14.218
Custo	17.843	6.001	1.090	24.934	25.820	50.754
(-) Depreciação acumulada	(12.162)	(5.248)	(220)	(17.630)	(17.864)	(35.494)
Saldo contábil líquido	5.681	753	870	7.304	7.956	15.260

Taxas anuais de depreciação: 4%, 10% a 20%, 4%

Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.

15. Provisões judiciais	Provisões Judiciais			Depósitos Judiciais		
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições
PIS (a)	6.111	—	196	6.307	—	—
COFINS (a)	219.875	23.121	3.577	246.573	6.762	—
Contribuição social (c)	8.223	1.384	754	8.932	12.019	2.141
Trabalhista (d)	3.467	933	380	4.780	773	561
Cíveis (e)	7.598	177	640	7.775	468	—
Total	245.274	25.615	5.547	277.944	20.022	2.702
Saldos em 31/12/2012	18.457	—	200	18.657	—	—
COFINS (a)	18.356	44.042	546	219.875	6.477	—
Contribuição social (c)	4.735	3.015	473	8.223	8.486	3.040
Trabalhista (d)	2.539	1.013	305	3.467	405	384
Cíveis (e)	2.065	6.696	65	7.598	468	—
Total	204.609	54.766	8.880	245.274	15.836	3.424

novas fases do REFIS IV, que reabriu o prazo de adesão para empresas financeiras e equiparadas, concedendo redução de 100% das multas de mora e de ofício, dos juros de mora e dos encargos legais, para pagamento à vista, e consequentemente, desistiu da ação que era movida contra a Fazenda Nacional.

Os efeitos financeiros e econômicos decorrentes da adesão ao REFIS IV, de acordo com a Lei nº 12.973/14, estão demonstrados na Nota Explicativa nº 18-g.iii.

b. Imposto de renda
 Refere-se à dedutibilidade da contribuição social na base do imposto de renda no período de maio de 2000 a fevereiro de 2007. A administração da Empresa reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a probabilidade de perda desta contingência, classificando-a como provável. Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 12.865 de 2013 com as alterações dadas pela Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, a administração da Empresa decidiu aderir ao referido programa com a consequente desistência do processo (Nota 18-g-ii).

A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Os valores decorrentes desta obrigação encontram-se depositados judicialmente, d. Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões judiciais" classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

f. Imposto sobre serviços
 O Município do Estado do Rio de Janeiro, alegando que o título de capitalização "Tele Sena" é uma forma de loteria, vem autuando a Empresa, em processo de reclamação do pagamento de ISS - Imposto sobre Serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998, março de 1998 a dezembro de 2001 e agosto de 2003 a julho de 2008,

7. Títulos e créditos a receber

	2014	2013	1º/01/2013 Reapresentado
Créditos de capitalização a receber	7.296	7.170	6.810
Antecipações de resgates	6.482	6.586	9.570
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.281)	(7.155)	(7.155)
Créditos oriundos da alienação de investimentos:			
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 22-e)....	—	6.453	16.808
Alugueis a receber.....	156	324	71
Outras	—	—	448
	6.653	13.378	26.552

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por distribuidores de títulos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

8. Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2014	2013
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar.....	8.688	1.895
Créditos de contribuição social a compensar.....	3.211	412
Outros.....	—	116
	11.899	2.423

Não circulante:
 Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)
 Imposto de renda..... 12.970 75.339
 Contribuição social..... 7.782 45.203
20.752 120.542

Créditos tributários sobre prejuízo fiscal (b)
 Imposto de renda..... 42.286 2.834
 Contribuição social..... 25.371 1.700
67.657 4.534
88.409 125.076

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias
 Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 18) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Notas 22-e-f-g). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2014	2013
Diferenças temporárias		
COFINS.....	—	219.875
PIS.....	5.938	1.485
Processos cíveis a pagar.....	7.775	1.944
Processos trabalhistas a pagar....	4.780	1.195
AVP - Ajuste a valor presente (Notas 7, 11 e 12).....	28.836	7.209
Provisão de honorários de êxito (Nota 18-f).....	4.425	1.106
Outras.....	125	31
	51.879	12.970

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social
 A Empresa apurou, referente a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, o montante de R\$ 157.808 no exercício de 2014 e R\$ 11.334 no exercício de 2013, totalizando o montante de R\$ 169.142, e constituiu crédito tributário no valor de R\$ 67.657 (R\$ 4.534 em 31 de dezembro de 2013). A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício de 2014.

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa esta representado, conforme quadro a seguir:

Exercício	Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	%
2015.....	12.023	3.006	1.803	7,11%
2016.....	11.031	2.758	1.655	6,52%
2017.....	11.646	2.912	1.747	6,89%
2018.....	15.337	3.834	2.301	9,07%
2019.....	16.989	4.247	2.548	10,04%
2020.....	18.176	4.544	2.726	10,73%
2021.....	16.896	4.224	2.534	9,99%
2022.....	19.500	4.875	2.925	11,53%
2023.....	23.093	5.773	3.464	13,65%
2024.....	24.451	6.113	3.668	14,46%



CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

b. Custos de aquisição

Corretagem.....	2014 (58.381)	2013 (60.631)
Despesas de vendas.....	(16.171)	(17.814)
Publicidade e propaganda.....	(79.231)	(76.919)
	(153.783)	(155.364)

c. Outras receitas e despesas operacionais

Receitas com prescrição de exigibilidades (Nota 17).....	2014 40.214	2013 30.079
Receita de crédito tributário recebido (*).....	58.561	—
Outras receitas com operação de capitalização.....	79	30
Perdas na recuperação de créditos.....	(440)	(71)
Furtos de Tele Senas.....	(292)	(333)
Outras despesas.....	(448)	(333)
	97.674	33.705

(*) Receita de crédito tributário recebido por transferência da empresa ligada BF Utilidades Domésticas Ltda. para pagamento de débitos fiscais no âmbito da Lei nº 13.043/14, conforme Nota Explicativa nº 18-g.

d. Despesas administrativas diversas

Condenações judiciais.....	2014 (1.455)	2013 (118)
Provisão de contingências judiciais:		
Encargos legais COFINS (Nota 18-a).....	—	(36.133)
Encargos legais REFIS.....	(5.390)	—
Outros processos administrativos.....	(470)	(3.532)
Multas e infrações:		
Consolidação de débitos REFIS Lei nº 12.865/13 (Nota 18-g-ii).....	—	(4.237)
Consolidação de débitos REFIS Lei nº 12.973/14 (Nota 18-g-iii).....	(20.035)	—
Consolidação de débitos REFIS Lei nº 12.996/14 (Nota 18-g-iv).....	(1.783)	—
Consolidação de débitos REFIS Lei nº 13.043/14 (Nota 18-g-v).....	(389)	—
Outras.....	(97)	(459)
Despesas não detutíveis.....	(1.991)	(330)
Despesas diversas.....	(30)	(76)
	(32.500)	(44.895)

e. Despesas com tributos

COFINS.....	2014 (9.847)	2013 (7.909)
PIS.....	(1.414)	(1.285)
Outros.....	(750)	(728)
	(12.011)	(9.922)

f. Receitas financeiras

Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado.....	4.910	3.512
Disponíveis para venda.....	49.578	37.605
Mantidos até o vencimento.....	2.180	9.666
Juros sobre ativos financeiros avaliados pelo preço de mercado.....	5.238	8.536
Apropriação de juros sobre AVP - Ajuste a valor presente.....	31.940	43.850
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 18).....	2.750	778
Benefícios consolidação REFIS (Nota 18-g-ii-iii-iv-v).....	153.850	5.177
Outras.....	138	556
	254.104	114.826

g. Despesas financeiras

Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 17).....	2014 (6.014)	2013 (2.758)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 18).....	(5.547)	(8.880)
Juros sobre parcelamento REFIS (Nota 18-g-ii).....	(4.294)	(3.769)
Juros sobre consolidação REFIS (Nota 18-g-iv-v).....	(7.768)	—
Outras.....	(470)	(16)
	(24.083)	(15.423)

h. Ganhos e perdas com ativos não correntes

Ajuste a valor presente:		
Alienação de investimento Promolider (Nota 22-g).....	—	(514)
Processos judiciais (*).....	4.866	—
Outros ganhos/(perdas).....	738	713
	5.604	199

(*) Recebimento por trânsito em julgado do processo nº 98.001.049658-0, movido pela Empresa contra o DETRAN do Rio de Janeiro, face à inadimplência em contrato de locação imobiliária.

21. Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estão assim demonstrados:

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e participações	258.089	258.089	53.833	53.833
(-) Juros sobre o capital próprio.....	—	—	(16.821)	(16.821)
(-) Participações.....	(2.898)	(2.898)	(1.066)	(1.066)
Ajuste exercícios anteriores	—	2.411	—	2.411
Lucro base	255.191	255.191	38.257	38.257
Adições	19.029	19.029	62.344	62.344
AVP - Ajuste a valor presente.....	—	—	514	514
Equivalência patrimonial (Nota 13).....	147	147	2	2
Provisão para contingências.....	11.464	11.464	56.315	56.315
Multas indedutíveis.....	2.180	2.180	3.719	3.719
Outras.....	5.238	5.238	1.794	1.794
Exclusões	(432.028)	(432.028)	(60.621)	(60.621)
Equivalência patrimonial (Nota 13).....	(24)	(24)	(1.001)	(1.001)
Reversão de provisão para contingências.....	(229.340)	(229.340)	(16.770)	(16.770)
Benefícios adesão ao REFIS (Nota 20-f).....	(153.850)	(153.850)	—	—
AVP - Ajuste a valor presente (Nota 20-f).....	(31.940)	(31.940)	(43.850)	(43.850)
Outras.....	(16.874)	(16.874)	—	—
Lucro/(prejuízo) fiscal antes das compensações	(157.808)	(157.808)	39.980	39.980
Prejuízo fiscal 4º trimestre	—	—	11.334	11.334
Base de cálculo	(157.808)	(157.808)	51.314	51.314
Tributos correntes (IR/CS).....	—	—	(12.560)	(7.547)
Incentivos fiscais dedução.....	—	—	337	—
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	39.452	23.671	—	2.834
Créditos tributários sobre diferenças temporais.....	(62.490)	(37.494)	(1)	862
Tributos períodos anteriores (IR/CS).....	(1.383)	(1.039)	(87)	—
Total de tributos	(24.421)	(14.862)	(12.311)	(3.851)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	9,03%	5,42%	23,17%	7,30%

No exercício de 2014 a Empresa optou por recolher o imposto de renda e a contribuição social pelo regime anual, apurando prejuízo fiscal no montante de R\$ 157.808 (regime trimestral em 2013, apurando lucro tributável nos 3 primeiros trimestres e prejuízo fiscal no último trimestre no montante de R\$ 11.334), os quais serão compensado com lucros tributáveis futuros conforme Nota Explicativa nº 8-b.

22. Transações com partes relacionadas

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2014	2013	2014	2013
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. (a-i).....	(8.055)	(710)	(22.150)	(21.216)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (a-i).....	(15)	—	(1.011)	(1.005)
Imagem e voz (a-ii).....	(6.046)	(6.310)	(38.743)	(39.398)
Custos de aquisição	(14.116)	(7.020)	(61.804)	(61.619)
Participações compartilhadas (b).....	(50)	(63)	(807)	(727)
Despesas com serviços de terceiros	(50)	(63)	(807)	(727)
SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda.....	140	265	1.675	265
Perícia Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada SC Ltda.....	1	39	(5)	75
Promolider Promotora de Vendas Ltda.....	5	4	39	42
BF Utilidades Domésticas Ltda.....	2	2	21	19
Lider Art's Comunicação Ltda.....	1	1	13	30
TV Studios de Ribeirão Preto Ltda.....	—	—	—	(4)
Receitas/(despesas) de aluguel (c).....	149	311	1.743	427
Silvio Santos Participações S.A.....	—	1	—	—
Outros créditos a receber - Circulante	—	1	—	—
BF Utilidades Domésticas Ltda. (e).....	—	10.800	404	1.088
BF Utilidades Domésticas Ltda. - Outros créditos.....	2	3	—	—
Silvio Santos Participações S.A. (g).....	—	438	49	58
Outros créditos a receber - Não circulante (e-g).....	2	11.241	453	1.146
Silvio Santos Participações S.A.....	96.424	241.057	40.476	61.873
Outros valores e bens (f).....	96.424	241.057	40.476	61.873
Dividendos a pagar.....	(8.843)	—	—	—
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	(8.843)	—	—	—
Silvio Santos Participações S.A.....	(190)	—	—	—
SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda.....	—	(7)	—	—
Hotel Jequitimar Ltda.....	(6)	(6)	—	—
Lider Art's Comunicação Ltda.....	(86)	—	—	—
Outras contas a pagar.....	(282)	(13)	—	—

a. Custos de aquisição: As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de: (i) Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa;

(ii) Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.

b. Despesas com serviços de terceiros: refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados que foi mantido com a empresa GSS - Centro de Serviços Compartilhados Ltda. ("GSS") até abril de 2011. A partir de maio de 2011, com a descontinuidade do CSC, foi estabelecido um contrato de rateio destas despesas com o SBT, que absorve as atividades do CSC. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.

c. Receitas/(despesas) de aluguel: A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". A Empresa mantém filial em imóvel de empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registradas na rubrica "Aluguel de imóveis", o saldo pendente de pagamento está registrado na rubrica "Outras contas a pagar".

d. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 832 (R\$ 1.763 em 31 de dezembro de 2013).

Em 04 de maio de 2010, os investimentos anteriormente mantidos na Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. foram alienados à BF Utilidades Domésticas Ltda., pelo seu valor contábil, no montante total de R\$ 23.814, para pagamento em parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). O saldo remanescente de R\$ 17.527 em 04 de maio de 2013, foi repactuado para pagamento em 24 parcelas, atualizadas pelo índice geral de preços do mercado (IGPM), calculadas no modelo de SAC - Sistema de Amortização Constante. Em 11 de setembro de 2014 a BF Utilidades Domésticas Ltda. liquidou antecipadamente a totalidade do saldo da dívida, mediante pagamento em espécie, no montante de R\$ 4.379.

Saldo no início do exercício	2014 10.800	2013 16.808
Atualização monetária e AVP.....	(404)	1.088
Pagamentos.....	(6.825)	(7.096)
Liquidação antecipada.....	(4.379)	—
Saldo no final do exercício	—	10.800

f. Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação) com vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado. Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente (AVP) sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento.

Em 23 de outubro de 2013 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de dação de imóvel no montante de R\$ 68.030 (Nota 13).

Em 31 de agosto de 2014, a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados do exercício de 2014, no montante de R\$ 119.424; em 24 de setembro de 2014, amortizou parte da dívida, mediante pagamento em espécie, no montante de R\$ 13.000 e, em 30 de dezembro de 2014 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados do exercício de 2014, no montante de R\$ 52.000. O saldo remanescente, de R\$ 96.424 (líquido de AVP) com vencimento para liquidação em 31 de agosto de 2020 é atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado, conforme aditivo contratual. Em função destas amortizações a Administração da Empresa, procedeu a revisão do cálculo do Ajuste a Valor Presente utilizando as taxas de CDI e IGPM projetadas a partir das datas de cada amortização.

Estes registros reduziram o saldo da rubrica "Outros valores e bens" de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

Saldo no início do exercício	2014 241.057	2013 247.214
Atualização monetária e AVP.....	—	—
Amortizações por meio de:	39.791	61.873

— Dação de imóvel em pagamento..... (68.030)
— Pagamento antecipado em espécie..... (13.000)
— Distribuição de dividendos..... (171.424) —

Saldo no final do exercício..... **96.424** **241.057**
Foram registrados tributos decorrentes de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 11.534 (R\$ 24.122 em 31 de dezembro de 2013).
g. Em 29 de dezembro de 2010, foi alienado à Silvio Santos Participações S.A. o total de 989 quotas sociais dos investimentos mantidos na Promolider Promotora de Vendas Ltda. pelo montante de R\$ 584 para pagamento em 27 de dezembro de 2022 atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 281 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IPCA até a data de vencimento.
Em 04 de dezembro de 2014 a Silvio Santos Participações S.A. liquidou antecipadamente a totalidade do saldo da dívida, mediante pagamento em espécie, no montante de R\$ 719.

23. Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de "Contribuição definida", e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do "salário de participação" definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 679 (R\$ 745 em 31 de dezembro de 2013).

24. Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- (1) Conselho de direção,** compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.
- (2) Comitê financeiro,** formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do grupo e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.
- (3) Comitê de tecnologia da informação,** é o ente responsável pela atualização e manutenção das políticas de Tecnologia da Informação do grupo, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que esteja ou possa estar relacionada ao risco de fraude. Além das responsabilidades comuns a todos os funcionários, compete ainda aos profissionais em cargos de comando e/ou assessoria, dar conhecimento ao Código de Conduta Ética e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação a todos os funcionários e colaboradores sob sua responsabilidade. Respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de denúncias ou ao departamento de Recursos Humanos.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam se relacionar, acompanhar as operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei nº 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais. Ao mesmo tempo, determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei nº 9.613/98. Operações suspeitas são comunicadas ao COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, de acordo com a Circular SUSEP nº 445/12.

Operações suspeitas são as que podem configurar indicio de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do artigo 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Considerando o produto Tele Sena de baixo valor unitário e que é distribuído de forma pulverizada em todo território nacional, não verificamos o risco de lavagem de dinheiro, porém a administração adota em resposta aos requerimentos da Circular SUSEP nº 249, a implantação e implementação do sistema de controles internos. O ambiente de controle, sua adequação e efetividade são avaliados pelos agentes de compliance, mediante a apreciação dos seus respectivos processos e atividades, resultando na avaliação e na adoção de planos para melhoria dos controles identificados com algum tipo de ineficiência, fragilidade e/ou inexistência.

Gestores e colaboradores devem se certificar da capacidade financeira e da origem dos recursos de seus clientes e parceiros comerciais, contribuindo assim para o combate à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos ou valores de origem ilícita. Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indicio de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Controles internos

A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos, ligada à Diretoria Administrativo-Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado emprender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Auto Avaliação de Controles Internos e de Avaliação dos Riscos de Controles Internos (Gestão de Compliance).

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, com uma periodicidade mínima semestral, e seus resultados são formalizados em relatórios específico e arquivados na área de Controles Internos da empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações, planos de contingência; f) processos de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

	2014		2013	
	Liquidez "Duration" 0 dias	Vencimento "Duration" 0 dias	Liquidez "Duration" 0 dias	Vencimento "Duration" 0 dias

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)****k. Risco legal**

Decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa. O monitoramento destes riscos fica à cargo do Departamento Jurídico em conjunto com assessores externos.

l. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 302/13, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao CMR. CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a risco de mercado a Empresa está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional.

	2014	2013		
Patrimônio líquido	307.479	286.963		
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(3.034)	(3.157)		
Despesas antecipadas	(2.703)	(2.217)		
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	(67.657)	-		
Ativos intangíveis.....	(64)	(45)		
Obras de arte	(7)	(7)		
Créditos oriundos da alienação de ativos.....	(96.424)	(241.057)		
Patrimônio líquido ajustado	137.590	40.480		
I - Capital base	10.800	10.800		
II - Capital de risco	16.360	26.947		
Capital de risco de crédito.....	12.051	22.838		
Capital de risco de subscrição	3.236	3.133		
Capital de risco operacional	2.407	2.392		
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito e subscrição	(1.334)	(1.416)		
Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)	16.360	26.947		
Suficiência de capital	121.230	13.533		
Índice de liquidez em relação ao CMR				
Índice de liquidez requerido.....	20%	3.272	20%	5.389
Índice de liquidez apurado - Excesso de cobertura (Nota 5).....	87%	14.160	356%	96.034

25. Seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por apólice de multi risco empresarial. O limite máximo de cobertura (básica, lucros cessantes e responsabilidade civil) é de R\$ 20.490 (R\$ 22.000 em 31 de dezembro de 2013). As principais coberturas são:

	Importância segurada	
	2014	2013
Rua Jaceguai, 400 e 402 - São Paulo - SP	17.240	16.840
Avenida Marechal Câmara, 160 - 9º andar - Rio de Janeiro - RJ.....	3.450	3.450
Avenida das Comunicações, 927 - Osasco - SP.....	504	504
Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 580 - Subsolo - São Paulo - SP	160	160
Rua Marcos Markarian, 1.025, Sala 902 - Ribeirão Preto - SP.....	80	80
Avenida Tancredo Neves, 3.343 - Salvador - BA.....	220	220
Rua General Joaquim Inácio, 412, Sala 401 - Recife - PE.....	220	220
Garantias contratadas		
Incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça.....	17.400	17.000
Responsabilidade civil operações	2.000	2.000
Lucros cessantes em decorrência de:		
Danos elétricos.....	1.000	1.000
Incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça	1.000	1.000
Vendaval, furação, ciclone, tornado, granizo, impacto veículos e queda de aeronave.....	1.000	1.000
Veículos.....	929	929
Equipamentos estacionários	800	800
Danos elétricos.....	650	650
Desmoroamento.....	500	500
Demais riscos.....	2.428	2.428

26. Normas emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e, dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, destacamos:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

DIRETORIAJosé Maria Corsi
Guilherme StolariHenrique Abravanel
Lourivaldo Tadeu de Souza Lima**ATUÁRIO**Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário - Reg. MTb nº 380 - MIBA**CONTADOR**Agnaldo de Leonardo
CRC SP-136994/O-0**PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES**

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Empresa e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Empresa para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Liderança Capitalização S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência acima referidos da Liderança Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.



São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48Joel Garcia
Atuário - MIBA 1131**Anexo I****1. Provisões técnicas****31/12/2014****Total de provisões técnicas****495.100****2. Demonstrativo do capital mínimo****31/12/2014**

Capital base (a)

10.800

Capital de risco (b)

16.360

Exigência de capital (CMR) (máximo de a e b)**16.360****3. Demonstrativo da solvência****31/12/2014**

Patrimônio líquido ajustado - PLA (1)

137.590

Exigência de capital (CMR) (2)

16.360

Suficiência do PLA (1 - 2)**121.230****Índice de liquidez em relação ao****capital mínimo requerido (*)****87%**

(*) O índice de liquidez em relação ao CMR requerido pela Resolução CNSP nº 302/2013 é de 20%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício

fundo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase**Valores a receber de Controlador**

Sem alterar a nossa opinião, chamamos a atenção para a informação contida na Nota Explicativa nº 22-1f, referente ao valor a receber do controlador da Empresa, originado da alienação da participação no Banco Panamericano S.A. A liquidação financeira do referido valor, prevista contratualmente para ocorrer em 31 de agosto de 2020, está condicionada à geração de caixa futuro por parte do controlador. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6José Claudio Costa
Contador CRC 1SP16720/O-1

Aos Administradores e aos Acionistas da

Liderança Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja